



A QUESTÃO AMBIENTAL E A EXTENSÃO RURAL: UM ESTUDO DAS AÇÕES DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA

Tábata Figueiredo Dourado¹, Carlos Ney Nascimento de Oliveira².

- 1 Pós Graduada em Educação e Meio Ambiente pela Universidade do Estado da Bahia – Brasil (tabata.uneb@yahoo.com.br)
- 2 Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia – Brasil e docente da Pós Graduação em Educação e Meio Ambiente da Universidade do Estado da Bahia – Brasil

Recebido em: 03/01/2014 – Aprovado em: 04/11/2014 – Publicado em: 12/04/2014

RESUMO

Este artigo é produto de um estudo de caso que teve como objeto as ações do Plano Brasil Sem Miséria no Território de Irecê, Bahia, Brasil. Traz uma problematização acerca da questão ambiental na extensão rural a partir dos conceitos chave que englobam esta discussão, a saber, desenvolvimento, sustentabilidade, agroecologia e educação ambiental, buscando identificar as concepções e princípios destes, a partir do objeto estudado. Apresenta um aporte teórico necessário à compreensão das concepções envolvidas. Expõe elementos para uma análise crítica da política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil. Analisa como e se a questão ambiental aparece na Lei 12.188/2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e, por fim, apresenta resultados do estudo sobre as ações do Plano Brasil Sem Miséria, trazendo o enfoque dado às questões ambientais nos documentos e principalmente nas atividades desenvolvidas. Como principais resultados apresenta que após as atividades do Plano Brasil Sem Miséria o conhecimento da população atendida, sobre agroecologia é incipiente; as atividades desenvolvidas são restritamente para orientações e informações técnicas; as ações que objetivaram tratar das questões ambientais foram insuficientes ou metodologicamente inadequadas. Tais resultados empíricos apontam para uma concepção de extensão rural de perspectiva ambiental “ecotecnocrática”.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; Extensão Rural; Plano Brasil Sem Miséria.

ENVIRONMENTAL ISSUE AND RURAL EXTENSION: A STUDY OF THE ACTION PLAN WITHOUT POVERTY IN BRAZIL TERRITORY IRECÊ-BA

ABSTRACT

This article is the product of a case study that aimed at the actions of the Brazil Without Poverty Plan in the Territory Irecê, Bahia, Brasil. Brings a questioning regarding the environmental issue from the extension of the key concepts that encompass this

discussion , namely , development , sustainability , agroecology and environmental education , seeking to identify the concepts and principles thereof from the object studied . Presents a theoretical framework necessary for an understanding of the concepts involved . Exhibiting elements for a critical analysis of the Technical Assistance and Rural Extension policy in Brazil . Examines whether and how environmental issues appear on 12.188/2010 Law establishing the National Policy on Technical Assistance and Rural Extension and finally , presents the results of the study on the actions of the Brazil Without Poverty Plan , bringing the focus on environmental issues in documents and especially in the developed activities . The main results shows that after the activities of the Plan Brazil Without Poverty knowledge about the population served agroecology is incipient , the activities are strictly for guidance and technical information ; actions that aimed to address environmental issues were methodologically inadequate or insufficient. These empirical results point to a conception of rural extension "ecotecnocrática" environmental perspective.

KEYWORDS: Agroecology , Rural Extension ; Plan Brazil Without Poverty .

INTRODUÇÃO

Tanto a extensão rural como as questões ambientais, têm suas concepções ancoradas em projeto ou concepção de desenvolvimento. Mais objetivamente, pode-se afirmar que a questão ambiental no meio rural está diretamente ligada ao modelo de extensão rural que se apregoa naquele universo. Neste sentido, investigar as ações de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural implica entender sobre o modelo e concepção de desenvolvimento presentes nestas ações e, portanto, identificar os princípios de conceitos fundamentais como meio ambiente e sustentabilidade. Isto evidencia o quão imbricadas estão estas questões e instiga a entender melhor sobre os diversos conceitos envolvidos e investigar as bases em que se estruturam as políticas de ATER no campo brasileiro, como defendem autores como CAPORAL e COSTABIBER (2010)

Embora as ações de ATER tenham sido implementadas no Brasil pelo Estado, a partir de um pacote de ações durante o período chamado de “Revolução Verde”¹, durante a década de 90, sob a influência do neoliberalismo, o Estado deixa de assumir esta tarefa, sendo desenvolvida apenas em alguns estados. Apenas no ano de 2003, retoma-se o debate pela recuperação do papel do Estado na responsabilidade por esta política e, a partir de uma ampla discussão e mobilização com a participação da sociedade civil, formula-se o que seria a idéia-base da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, quando fica determinado por meio de decreto que as ações de ATER seriam geridas pelo Ministério do desenvolvimento Agrário, através da Secretaria da Agricultura Familiar e do Departamento de Assistência Técnica. Fica

1

A introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade foi denominada Revolução Verde. Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial [...] Com base nessa lógica, a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso.

determinado também que a contratação dos serviços de ATER ocorra mediante edital de chamamento público, com o intuito de selecionar as propostas e as unidades executoras, de acordo com a Lei federal 11.858/2010, conhecida como Lei de ATER.

Neste contexto é que surgem as Chamadas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural, entre as quais se enquadram as Chamadas para os Territórios da Cidadania² integrando as ações do Plano Brasil Sem Miséria. As Chamadas tinham por objetivo desenvolver as ações de assistência técnica e extensão rural para famílias em situação de extrema pobreza e em maio de 2011 é lançada a chamada 01/2011, que contemplaria 4.480 famílias no Território de Irecê – BA, conforme a Chamada Pública SAF/ATER, nº 01 de 2011, lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em maio do referido ano.

O Território Irecê- BA, conforme descrição no diagnóstico do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável lançado em novembro de 2010 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, possui uma área total de 27.490,80 Km² e é formado pelos municípios de América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Central, Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, João Dourado e Xique-Xique. A população total deste território é de 403.070 habitantes, com população rural de 155.392 habitantes, o que corresponde a 38,55% do total, isto ainda de acordo com o diagnóstico do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, que traz também que este território possui 41.011 agricultores familiares, 1.532 famílias assentadas até o ano de 2010. Seu IDH – Índice de Desenvolvimento Humano médio é 0,61, sendo que dentre seus municípios há alguns que ocupam os últimos lugares no *ranking* do IDH no estado da Bahia, a saber, América Dourada e Itaguaçu.

O Território que está localizado na mesorregião do Centro-Norte da Bahia, apresenta dados alarmantes em relação à degradação ambiental, como, redução do potencial hídrico, contaminação de solos e lençóis freáticos, compactação de solos, regiões com alto grau de erosão, entre outros indicadores. Estima-se que a maior parte destes índices decorre, principalmente, das atividades agropecuárias, em suas causas e agravamento, já que pelo menos 90% de sua área é ocupada por áreas de desenvolvimento de atividades agropecuária, de acordo com o estudo de NEPOMUCENO e LOBÃO (2010)

O presente estudo traz a relação entre extensão rural e meio ambiente, a partir das ações da Chamada Pública do Plano Brasil Miséria neste Território. Pretendeu-se destacar as concepções e princípios do Programa. Inicialmente, traz a abordagem da relação da extensão rural com a degradação ambiental, dando ênfase ao Território de Irecê e apresenta o modelo de extensão rural criado pela Revolução Verde.

2

Territórios da Cidadania integram um programa do Governo Federal, criado em 1998 e, segundo o Ministério da Agricultura, "objetiva, assim, promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, visando garantir um apoio integral do Estado, com financiamento e apoio as atividades que impliquem em geração de renda, ou melhor, "promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável"

Posteriormente, apresenta outra base da extensão de cunho agroecológico e traz os aportes teóricos e históricos desta concepção. Dada esta abordagem das duas principais concepções e modelos predominantes na Extensão Rural, são então apresentadas as políticas de ATER a partir da PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e das Chamadas Públicas, problematizando e investigando suas bases e como o meio ambiente aparece nestas ações, de acordo com a Lei 11.858/2010 e a Chamada Pública nº 01/2011, ambas publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Por fim, analisa especificamente o caso do Plano Brasil Sem Miséria no Território de Irecê-BA, identificando onde e como a questão ambiental aparece e se já se apresentam resultados do processo educativo e informativo do programa na compreensão e entendimento sobre agroecologia e suas práticas, por parte de famílias atendidas e técnicos extensionistas que atuaram neste projeto.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caso e para o alcance dos objetivos deste estudo, optou-se por uma abordagem metodológica de cunho analítico e dialético, buscando confrontar concomitantemente tanto os aspectos históricos e econômicos, quanto os teóricos e os resultados da investigação de campo. Tendo como centralidade na pesquisa a análise das concepções de meio ambiente e de desenvolvimento.

Foi desenvolvido um levantamento e análise documental sobre o Plano Brasil Sem Miséria. Optou-se por analisar os documentos que apresentavam concepções e princípios do projeto, a saber: a Lei 12.188/2003 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; a proposta elaborada pela EBDA para atendimento à Chamada Pública 01/2011 e os planejamentos e sistematizações das ações desenvolvidas. A referida lei foi acessada digitalmente na página do Ministério do Desenvolvimento Agrário e os outros dois documentos – a chamada e a proposta – foram disponibilizadas diretamente aos pesquisadores pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A.

Para compreensão e análise das concepções foi realizado inicialmente um estudo bibliográfico sobre os paradigmas de desenvolvimento agrário no Brasil e suas implicações da Extensão Rural e nas políticas de ATER, bem como os antecedentes e condicionantes históricos destas políticas. Investigou-se também as principais bases teóricas da agroecologia, tendo como principais referências CAPORAL e COSTABIBER (2010) e ALMEIDA, DINIZ e LIMA (2013).

Desenvolveu-se ainda, entrevistas semiestruturadas com 35 beneficiários e com 02 técnicos do projeto, onde os mesmos relataram sobre as ações desenvolvidas e o tratamento da questão ambiental pelo programa; sobre as formações oportunizadas e sobre os impactos produzidos pelo programa em relação às suas práticas cotidianas e ao entendimento sobre a agroecologia e preservação ambiental.

Tanto as entrevistas direcionadas aos beneficiários quanto aos técnicos, dividiam-se em duas partes, a saber: a primeira solicitava dados de identificação e caracterização dos entrevistados trazendo questões objetivas como idade, sexo, escolaridade e formação, ocupação/profissão, endereço e para os beneficiários, nesta primeira parte também foram coletadas informações sobre a condição de uso da terra

(proprietário, posseiro, arrendatário, meeiro ou outro) e sobre a renda (valor médio mensal e fontes de renda); na segunda parte, para ambos, foram feitas perguntas relacionadas às atividades do Plano Brasil Sem Miséria e sobre meio ambiente, nesta parte todas as questões foram subjetivas.

Na segunda parte da entrevista dos beneficiários continham 8 (oito) perguntas, onde questionou-se sobre as atividades desenvolvidas pelos técnicos do Programa, se houveram ou não orientações ou formação sobre meio ambiente e preservação ambiental e se houve ou não uma mudança de práticas ou postura em relação ao meio ambiente após a participação do programa. Estas perguntas foram feitas de forma clara e objetiva, em alguns casos foi necessária a reformulação destas pelo entrevistador para facilitar o entendimento das mesmas.

Para os técnicos, na segunda parte, foram feitas 14 (quatorze) perguntas subjetivas buscando saber sobre o funcionamento do Plano Brasil Sem Miséria, número de famílias atendidas, atividades desenvolvidas; sobre a formação e conhecimento sobre meio ambiente e agroecologia oferecida pelo programa, sobre a contribuição desta formação para atuação destes técnicos junto às famílias acompanhadas, sobre como as questões ambientais eram tratadas junto a estas famílias, se haviam ou não orientações para preservação ambiental e uso dos recursos naturais e, ainda, se já se identificavam mudanças de práticas ou posturas dos beneficiários resultante da ação do Plano Brasil Sem Miséria. Nesta parte também foram feitas perguntas sobre a compreensão dos técnicos de conceitos como agroecologia e meio ambiente, a fim de identificar o grau de compreensão sobre o tema e as concepções destes profissionais.

As respostas foram analisadas e delimitadas a partir dos objetivos deste estudo e alguns dos resultados e informações foram tabulados em gráficos e calculados percentuais, apresentados nos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A EXTENSÃO RURAL E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A Extensão Rural compreende um conceito amplo e multirreferenciado, estando no que VALENTE (2006) chama de zona de confluência das áreas de ciências agrárias, da economia, educação e antropologia. Agrega as abordagens sobre o modelo de desenvolvimento no campo e suas implicações políticas, sociais, econômicas e geofísicas, além do tratamento sobre metodologias de produção e disseminação do conhecimento, onde cabem fortes discussões acerca da epistemologia da educação não formal e da educação popular. Assim, o uso do conceito e sua efetivação ligaram-se historicamente ao projeto de campo está ancorada em determinado contexto ou conjuntura. Neste primeiro momento do texto, será apresentado o modelo extensionista que integrou um processo gerador de resultados desastrosos no campo, especialmente para o modo de produção familiar e para o meio ambiente.

Considerando inicialmente que a extensão rural surge no Brasil com o intuito de implementar o desenvolvimento capitalista no campo, através da disseminação do paradigma de campo como espaço estritamente produtivista e portanto, prevendo a máxima exploração dos recursos naturais, para o aumento gradativo desta produção, infere-se que a extensão rural influenciou diretamente no processo de degradação

ambiental e estagnação dos recursos naturais em algumas regiões, como discute CAPORAL (2010).

A extensão rural surge no Brasil sob a “influência estadunidense, com um paradigma da “modernização” ao campo brasileiro. Este paradigma surge no período pós guerra e se consolidou com a ação intervencionista dos EUA nos países ditos subdesenvolvidos” (VALENTE, 2009, p. 63). A perspectiva de modernização se dava a partir de pacotes tecnológicos, nos quais se incluía o uso das tecnologias bélicas na agricultura, incentivo ao crédito rural, incentivo às pesquisas para disseminação e aprimoramento desta perspectiva.

ALENTEJANO (2012) traz que a extensão rural fazia parte de um conjunto de ações que visava a eliminação do “atraso no campo” e que tinha como tarefa levar aos agricultores o conhecimento que “não tinham” e conduzindo-os a adequação ao modelo modernizante que se embasava no uso de insumos químicos, de máquinas e implementos agrícolas de grande porte, e conseqüentemente levando à máxima exploração do meio ambiente, influenciando o desmatamento descontrolado. Vale ressaltar que, eliminar o atraso no campo significava também minar as atividades de cunho pré-capitalistas que ainda existiam mais fortemente no campo, a saber, a agricultura tradicional camponesa.

Neste período surgem instituições como ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural, a EBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural que congregava as empresas estaduais (EMATER) e, posteriormente, a EMBRAPA – Pesquisa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Estas instituições são criadas com o intuito de integrar ao máximo as ações para implementação deste projeto de desenvolvimento. A esta integração de ações, programas e projetos, deu-se o nome de “pacotes tecnológicos”, de acordo com o estudo de ANDRADE e CHAGAS (2012)

Desta forma, os extencionistas rurais ligados em sua maioria às instituições citadas acima, cumpriu por muito tempo o papel de disseminador deste paradigma de modernização para o meio rural e o Estado foi claramente o principal impulsionador da implementação deste modelo capitalista de desenvolvimento no campo, como defende ALENTEJANO (2012). Entretanto, nem este setor fortemente atrelado à oligarquia rural escapa da “ofensiva neoliberal” que é caracterizada pelo afastamento do Estado do desenvolvimento de políticas públicas como traz CAPORAL (2009)

[...] esta mesma onda neoliberal continua sustentando a necessidade de “diminuição” do tamanho do Estado e, inclusive, dos serviços públicos orientados ao meio rural e ao setor agropecuário, jogando nos braços do “mercado”, ou do chamado Terceiro Setor, as orientações e estratégias de desenvolvimento para o mundo rural. O resultado da década de 90, quando esta orientação político-ideológica ganhou expressão no Brasil, pode ser visto na extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater e no desmantelamento da maioria das empresas de Ater dos estados brasileiros. Uma situação insólita, pois para defender uma ideologia, acabaram defendendo políticas que obstaculizam nosso desenvolvimento. CAPORAL (2009, p. 89)

No primeiro momento a extensão rural de base “modernizadora” centrava-se nos grandes latifúndios e tinha vistas a extinguir a agricultura de base camponesa, em movimento claro contrário à reforma agrária. Mais tarde com a disseminação de seus

pressupostos filosóficos e com a expansão do capital, que rompe todas as fronteiras e impregna sua ideologia indiscriminadamente, o paradigma modernizante e de produtividade máxima, aproxima-se da agricultura familiar camponesa com o intuito de integrá-la ao agronegócio, sob o discurso da necessidade de garantir sustentabilidade econômica à pequena produção agrícola. (ALENTEJANO, 2012)

O citado discurso ainda ludibria a classe trabalhadora do campo, que alia sua produção aos interesses de mercado e paga um alto preço por esta aliança, já que não têm condição de competir igualmente neste mercado, endividando-se e sacrificando todos os seus recursos – naturais, financeiros, humanos - e subordinando-se a uma lógica extremamente contraditória. Ainda de acordo com ALENTEJANO (2012), tal discurso está fortemente atrelado ao paradigma neoliberal de desenvolvimento, que aliado ao princípio da sustentabilidade, propõe para a agricultura familiar o que seria uma adequação aos mecanismos da Revolução Verde.

Apresenta-se então uma intensa “confusão teórica” causada pelo uso de termos e conceitos aparentemente iguais, mas que se ancoram em distintos modelos e interesses que coexistem. Trazer termos como desenvolvimento sustentável e meio ambiente não necessariamente significa que há uma preocupação com a convivência e uso popular dos recursos naturais.

IMPACTOS AMBIENTAIS DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NA REGIÃO DE IRECÊ - BA

No Território de Irecê – BA, identifica-se vários momentos na história em que a subordinação ao mercado e ao capital se acentua. Primeiro, nas décadas de 70 e 80 com o auge da produção de feijão, com os fortes incentivos à monocultura, à mecanização agrícola com uso dos tratores e arados, à alta produtividade, iniciando um forte processo de super exploração do solo e desmatamento.

(...) os recursos naturais não tardaram em demonstrar os efeitos dessas ações e as conseqüências são reveladas das mais diversas formas nos dias modernos: poluição do solo e do aquífero por defensivos agrícolas, erosão provocando o assoreamento dos cursos d'água, ravinas e voçorocas; repulsão populacional por não se ter onde plantar e, sobretudo, a seqüela final, expressa na forma de uma violenta degradação que pode gerar áreas desertificadas. (BARBOSA, 2000, p. 98)

Mais tarde, com a crise de ordem estrutural, social e ambiental, ao capital se apresenta em mais uma “onda sedutora” com o agronegócio. Com a decadência da produção agrícola devido a fatores como perdas de safras, oscilação de preços dos grãos, exclusão do zoneamento agrícola e pela redução gradativa dos apoios governamentais associados à política agrícola (crédito, financiamento, assistência técnica), parte dos agricultores passaram a explorar a atividade agrícola a partir de outra forma: sob a forma irrigada. Aos agricultores que não dotavam de capital para aderirem a esta nova produção, restaram as dívidas e o empobrecimento acentuado e, em muitos casos perda de suas terras, ou porque tiveram que vender para pagar suas dívidas ou por descrença na possibilidade de sobrevivência a partir da agricultura, ainda de acordo com BARBOSA (2000)

Além da irrigação, outra “alternativa” foi apresentada mais tarde e foi amplamente aceita pelos agricultores familiares: a produção de mamona, com vistas a atender o mercado ascendente dos biocombustíveis, que além de representar mais uma “cilada” inerente ao funcionamento do capital, traz uma ilusão maior que é produção de combustíveis “limpos”, conforme alerta

Sob a justificativa da escassez das fontes energéticas fósseis e as mudanças climáticas, emergiu nos últimos tempos a preocupação em estabelecer soluções que viessem a resolver estes problemas de proporções globais. Porém, é preciso atentar ao fato de que a propaganda do “combustível verde” apresenta-se como um discurso ideológico que encobre a essência predatório-destrutiva da natureza e do ser humano promovida pela produção/reprodução do capital, nesse caso, no meio rural. (SANTOS et al. 2008, p. 214)

A região de Irecê já era uma grande produtora de mamona, entretanto foi graças ao incentivo do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel do governo federal, que esta produção atingiu seu auge. Houve inclusive a implantação de uma unidade de beneficiamento de mamona no município de Lapão BA. Entretanto, seu funcionamento se dá de forma incipiente, uma vez que não houve uma complementação da obra física, falta ainda a instalação de alguns equipamentos. Além disso, vários outros elementos puseram em declínio esta “euforia” da produção para o biodiesel, dentre os principais limites, elenca-se: a fragilidade do sistema de ATER, onde ocorreu descontinuidade e até interrupção por falta de repasse de recursos às entidades prestadoras deste serviço; a dificuldade quanto à produção de sementes e, principalmente, a queda do preço do produto. Somado a outro fator que foi a seca acentuada nas safras 2010/2011 e 2011/2012, a produção já apresenta uma queda, conforme análise dos dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, disponibilizados em sua página na internet. (CONAB, 2013).

Apesar de ser uma questão ainda recente, sendo ainda prematuro apresentar uma avaliação, VIEIRA (2013) faz uma análise ambiental da cultura da mamona e traz a seguinte contribuição

Esta reorganização espacial implica em consequências para o ambiente. Um dos problemas advindos da cultura da mamona é desterritorialização do agricultor, não de maneira material de deslocamento espacial, e sim de uma forma na qual não haja possibilidade de comandar suas ações, estando sujeito a dependência de fatores financeiros e geopolíticos. Um dos fatos que evidenciam isto é a situação da mamona como uma *commodity*, submetendo os produtores, sobretudo os pequenos, a uma lógica distante de sua realidade. Além disto, o mercado da mamona é configurado como uma estrutura de mercado oligopsônica o que pode configurar uma instabilidade financeira dos pequenos produtores. (VIEIRA, 2013, p.17)

Dado este histórico e contexto, o território ireceense apresenta índices como baixíssimo percentual de solos ainda cobertos por fragmentos descontínuos de vegetação primária que se encontra bastante antropizada, decorrente sobretudo de sua retirada para a implantação dos monocultivos sucessivos de feijão, irrigação, mamona e da criação de caprinos e bovinos. Muitas áreas na região estão em estado avançadíssimo de degradação, o que pode ser indício de um processo de

desertificação ou de áreas susceptíveis à desertificação, como aponta LOBÃO e NEPOMUCENO (2010)

EXTENSÃO RURAL E MEIO AMBIENTE

Diante da crise ambiental que se apresenta, especialmente, no final do século XX e início do XXI, e ainda, com a efetiva participação da sociedade civil através das ONGs e movimentos sociais do campo na implementação de ações de ATER, emerge-se a discussão por uma extensão rural de caráter diferenciado em relação ao que se apresentou na Revolução Verde, como defende CAPORAL (2009). Soma-se ainda o surgimento de estudos e contribuições teóricas valiosas neste processo de repensar a Extensão Rural e destaca-se a importância do Francisco Roberto Caporal que apresenta estudos importantíssimos sobre a extensão rural de base agroecológica. Em um destes estudos ele aborda o papel da extensão rural diante das problemáticas ambientais

Não era sem sentido, portanto, o alerta formulado naquela época, quando sugeríamos, também, que "os ensinamentos da Agroecologia (...) poderão se tornar necessidades inadiáveis", com vistas a promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais no âmbito das unidades familiares de produção. Igualmente, alertávamos para a necessidade imediata de um enfoque extensionista orientado a resolver a problemática sócioambiental decorrente da aplicação do modelo convencional de desenvolvimento, em geral, e do modelo químico-mecânico na agricultura, em particular. CAPORAL, & COSTABEBER (2000, p. 02)

Entretanto, vale considerar que juntamente com a emergência do discurso da mudança de paradigmas proposta à extensão rural, emerge o discurso de base capitalista já em fase neoliberal que, diante da degradação ambiental e a conseqüente restrição de recursos naturais, utiliza também do discurso da preservação ambiental, gerando uma ambiguidade no conceito de sustentabilidade e gerando ainda antagonismos presentes nas políticas e ações de preservação ambiental tanto na cidade como no campo, refletindo diretamente nas concepções de extensão rural que se disseminam. O que corresponde a dizer que, numa concepção capitalista que concebe o campo como espaço meramente produtivista, a preocupação ambiental é meramente uma preocupação com a escassez de recursos que neste modelo são apenas matérias primas dentro do modo de produção, como apresenta SANTOS (2009).

Nesta visão, o desenvolvimento sustentável defendido tem base na adequação entre crescimento econômico e produtivo aliado à conservação do meio ambiente, o que é extremamente contraditório. Observa-se, dentro deste discurso, o uso de termos como "adequação aos mecanismos da revolução verde" e não superação do modelo explorador do meio ambiente. Assim, identifica-se a limitação de discursos ambientalistas que "pregam" a mera adequação ou adaptação do modo de produção com a exploração da natureza, ainda de acordo com SANTOS (2009).

Há então um paradigma distinto da base agroecológica, que não prevê, por exemplo, a adequação, mas sim a superação do modelo da Revolução Verde, como traz claramente

Extensão Rural Agroecológica constitui-se num esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia como orientação para a promoção de estilos de agricultura sócioambiental e economicamente sustentáveis. Na realidade, se trata de um enfoque de intervenção rural oposto ao difusionismo reducionista homogeneizador que, desde meados do século X, auxiliou a implantação do modelo de agricultura de tipo Revolução Verde. CAPORAL, & COSTABEBER (2000, p. 02)

As questões socioambientais vão se agregando aos discursos desenvolvimentistas das últimas décadas do século XX, fazendo surgir diversas bases teóricas ambientalistas, ancoradas em teorias e concepções de desenvolvimento específicas, entre as quais são citadas recorrentemente a liberal, a culturalista e ecossolista. Entretanto, CAPORAL e COSTABEBER (2000) sintetizam em duas principais bases teóricas antagônicas que coexistem na discussão da sustentabilidade ambiental, especialmente, no campo, que são a ecotecnocrática e ecossocialista, para as quais se deve atentar, principalmente quando se trata de analisar as concepções presentes nas políticas públicas. Isto porque, as políticas públicas quando implementadas pelo Estado são predominantemente influenciadas pela perspectiva capitalista e, nesta última década, identifica-se uma intervenção tanto da perspectiva teórica de base neoliberal, quanto alguns elementos da contribuição dos movimentos sociais e dos teóricos de tendência ecossocialista ou mais enfaticamente dos defensores da agroecologia.

Assim, é fundamental entender que discursos neoliberal capitalista ancora-se no paradigma denominado ecotecnocrático, que liga-se aos princípios da tecnocracia e que na agricultura, defende a “intensificação verde”, ou seja, defende a possibilidade de adaptação às tecnologias padronizadas e dominantes, a fim de manter o mesmo padrão produtivo, pressupondo que seja possível com adequação das tecnologias, reduzir os impactos ambientais. Entretanto, na busca pela manutenção deste “alto potencial produtivo” defendem e incentivam o uso intensivo de insumos industriais, configurando o que CAPORAL (2000) chama de “Revolução Duplamente Verde” e continuando a desconsiderar os efeitos danosos deste modelo, seja nos aspectos econômicos, sociais ou ambientais.

SANTOS (2009) chama atenção para a diversidade de discursos, que muitas vezes se configuram como verdadeiros “sermões” ecologistas entoados pelas grandes organizações capitalistas que, seja por modismo ou pela preocupação com a redução de sua produção ou desvalorização de seus negócios, agregam aos movimentos ambientalistas e integram a promoção de ações de educação ambiental. É bastante característico neste formato de educação ambiental e formação sobre meio-ambiente, o apelo para a preservação ambiental de forma individualizada, centrada nos seres humanos individualmente como “culpados” e, portanto, também individualmente responsáveis para a preservação, colocando a natureza como algo a ser mantido separadamente da sociedade.

A educação ambiental, neste aporte apresentado por SANTOS (2009), repercute e reproduz o ambientalismo acrítico e para o entendimento da necessidade de superação desta perspectiva, vale trazer que não é o simples contato do homem com a natureza que gera e gerou a degradação, mas o modo de produção hegemônico. Até

porque, basta resgatar o conceito clássico de trabalho que traz a transformação da natureza como algo necessário aos seres humanos, entretanto este trabalho sob a forma explorada, assim como foram e são explorados recursos como a terra, é que geram o desordenamento desta transformação, que se constitui da degradação da natureza.

A outra corrente apresentada por CAPORAL (2009) é a ecossocialista, em que se fundamenta a Agroecologia, surge quase que paralela à ecotecnocrática e é posta como corrente alternativa e crítica ao modelo liberal, apontando como marco central a incapacidade do sistema capitalista em lidar com seus efeitos como a pobreza e o meio ambiente e apresentando estratégias alternativas tanto para a reorganização dos processos de trabalho como para as formas de produção e até de comercialização.

Os teóricos ecossocialistas defendem um modelo de desenvolvimento que considere e respeite os diversos modos de vida, favorecendo principalmente a preservação da biodiversidade. Nesta perspectiva, esta é a corrente que se aproxima da agroecologia e do modelo de agricultura familiar, já que estas consideram e defendem que o modelo de produção deve se atrelar à diversidade da vida e do trabalho no campo, garantindo sua reprodução e, claramente, distingue-se do modelo de agricultura capitalista, como afirma CAPORAL (2009)

Ainda Segundo este autor, o conceito de Agroecologia surge também como alternativa à perspectiva de sustentabilidade ecotecnocrática e se apoia, inicialmente, nos estudos camponeses do “populismo agrário russo” que avança para teorias como o neo-populismo ecológico que agrega uma série de estudos sobre energia e economia ecológica, dando condições para que a Agroecologia se apresente como aporte teórico alternativo e possível.

Aqui vale trazer um dos maiores contribuidores com a economia ecológica, Martínez Alier, que critica e questiona vários posicionamentos das teorias em que se embasam a agricultura capitalista, a exemplo da justificativa deste modelo em prol da sua alta capacidade produtiva, o que segundo este autor é absolutamente questionável quando não se considera fatores e efeitos como a contaminação dos alimentos, destruição dos recursos energéticos, contaminação de solos e água etc, ao se calcular esta produtividade. Estes efeitos não são medidos e são chamados de “externalidades”, conforme MARTINÉZ ALIER (1992).

Além desta crítica, destaca-se para este estudo alguns pensamentos centrais trazidos, especialmente, quando discute o que chama de “ecologismo dos pobres”. Vale dizer que, dada a complexidade e diversidade de conceitos trazidos em seus textos, para esta pesquisa será explorada apenas a crítica que Martinez Alier (1992) traz sobre os discursos ambientais “dirigidos” aos pobres e qual o ambientalismo esta camada da sociedade concebe. O autor problematiza a perspectiva muito utilizada na educação ambiental que se baseia no incentivo à redução do consumo, redução do uso de recursos, sinalizando o incentivo ao distanciamento entre os seres humanos, especialmente os pobres, e a natureza.

Para MARTINÉZ ALIER (1992) esta é uma idéia perigosa e destaca da incoerência em sugerir que os sujeitos que ainda lutam pelo acesso a bens e a recursos de sobrevivência, reduzam ou resistam ao uso destes. Traz ainda, no que ele define como “ecologismo dos pobres” que a população pobre tem um ambientalismo próprio, aprendido pela tradição e pela restrição histórica que tiveram e ainda têm, ou seja,

preserva-se muitas vezes porque têm consciência de que determinado bem ou recurso pode lhes faltar e estas são as pessoas que conhecem de fato a restrição e a falta.

[...] os pobres, ao pedir acesso aos recursos, contra o capital e/ou contra o Estado, contribuem ao mesmo tempo para a conservação dos recursos. A ecologia da sobrevivência torna os pobres conscientes da necessidade de conservar os recursos. Esta consciência é muitas vezes difícil de descobrir porque não utiliza a linguagem da ecologia científica (aqui há uma diferença com o ecologismo nor-atlântico), mas que utiliza linguagens políticas locais, à vezes religiosas. (MARTINEZ ALIER, 1992, p. 10)

Um exemplo da preservação que se dá pela tradição, é a própria agricultura familiar que, por agregar em um mesmo espaço sua produção, seu lar e sua fonte de alimentos, tem com a natureza um princípio de aproximação e convivência, dotando e desenvolvendo cotidianamente técnicas de manejo dos recursos naturais que os preservem e lhes mantenham a vida. E, mesmo com a investida avassaladora da perspectiva modernizante que chega aos agricultores familiares lhes convencendo da mudança de sua forma de trabalho, minando a forma camponesa de produção, ainda são presentes as práticas e hábitos mais tradicionais. Daí a defesa também de um modelo de extensão rural que respeite, aproxime-se e aproveite os saberes tradicionais dos trabalhadores do campo, como defende CAPORAL (2011).

É perceptível, principalmente nas respostas dadas pelos beneficiários entrevistados, a confusão de conceitos que é gerada por esta multiplicidade de concepções de meio-ambiente e de educação ambiental que chega a estes que são os pobres do campo. Mesmo usando cotidianamente técnicas tradicionais, simples e rudimentares de trabalho principalmente com a terra e, em sua maioria, ainda lutarem por acesso a recursos elementares como a água, já que estão em pleno semiárido³ baiano, quando são indagados sobre o que fazem cotidianamente para preservar a natureza, a maioria elenca como primeira atitude a redução ou *economia* do uso da água. A linguagem utilizada é inclusive a mesma disseminada pelo discurso ambiental da redução e do “não uso” e dos diversos “nãos”: não produza lixo, não queime, não desmate etc, conforme as respostas dadas pelos beneficiários entrevistados durante esta pesquisa.

Tem-se então vários elementos e apontamentos teóricos para uma análise crítica das políticas de ATER pública no Brasil, especialmente a partir do marco referencial que é a PNATER e as posteriores Chamadas Públicas, em se supõe estarem direcionadas à

3

Segundo dados oficiais do Ministério da Integração, o Semiárido brasileiro abrange uma área de 969.589,4 km² e compreende 1.133 municípios de nove estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. O Semiárido tem a maior parte do seu território coberto pela Caatinga -, único bioma exclusivamente brasileiro -, rico em espécies endêmicas, ou seja, que não existem em nenhum outro lugar do mundo. A composição florística da Caatinga não é uniforme em toda a sua extensão. Apresenta grande variedade de paisagens, de espécies animal e vegetal, nativas e adaptadas, com alto potencial e que garantem a sobrevivência das famílias agricultoras da região. A média pluviométrica vai de 200 mm a 800 mm anuais, dependendo da região. Porém, as chuvas são irregulares no tempo e no espaço. Além disso, a quantidade de chuva é menor do que o índice de evaporação, que é de 3 mil mm/ano, ou seja, a evaporação é três vezes maior do que a de chuva que cai. Fonte: , acessado em 15 de fevereiro de 2014.

classe trabalhadora e aos pobres do campo, especialmente a Chamada 01/2011 que é direcionada às famílias em situação de extrema pobreza e que é o objeto de análise neste estudo.

MEIO AMBIENTE E AGROECOLOGIA NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Compreende-se por “Nova ATER” o modelo configurado pela retomada da assistência técnica e extensão rural pelo Estado, inicialmente contando com a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais na proposição deste novo formato e no rompimento com as bases difusionistas da revolução verde e defesa e disseminação dos princípios da agroecologia e da extensão rural que respeite e considere os saberes e os modos de vida e produção dos camponeses. Este novo formato é sistematizado, primeiramente, no texto síntese do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, ocorrido em 2003, que foi também a base para a elaboração da PNATER, de acordo com ALMEIDA, DINIZ e LIMA (2013). Nesta primeira versão, a PNATER tem a agroecologia e a participação popular como princípios, além de outros elementos pautados pelos sujeitos coletivos que integraram este movimento em defesa da ATER pública. Como traz CAPORAL (2011)

Em seus princípios e objetivos a Pnater-2003 enfatizava que a Ater deveria atuar com “na promoção do desenvolvimento rural sustentável e no apoio a processos de transição agroecológica para o estabelecimento de estilos de agriculturas sustentáveis, baseadas nos princípios da Agroecologia.” Assim, a Pnater-2003 se constituiu na primeira política pública da esfera federal a incluir a Agroecologia como uma ciência orientadora para as ações de apoio ao desenvolvimento rural e agrícola do nosso país. CAPORAL (2011, p. 2)

O autor faz o destaque para a PNATER do ano de 2003, porque quando instituída pela Lei nº 12.188, no ano de 2010, conhecida como Lei de ATER, regulamentada pelo decreto nº 7.215/10, o princípio e até o termo agroecologia já não aparece mais no texto da Lei, sendo substituído por expressões como “agricultura de base ecológica” e “sistemas de produção sustentáveis”, em um evidente reducionismo do conceito de agroecologia tendendo a um retrocesso à extensão rural convencional, de foco apenas produtivista e difusionista, que não consideram adequadamente o conhecimento e as práticas dos agricultores e se limitam a uma transmissão de informações e técnicas.

Segundo ALMEIDA, DINIZ e LIMA et al., (2011), embora sejam incluídas linhas de ação como a segurança alimentar e nutricional, o foco das Chamadas Públicas, orientadas pela PNATER 2010, é essencialmente o fortalecimento de cadeias produtivas com vistas ao aumento da produção no setor agropecuário. Isto leva a uma relação com o que já foi discutido neste texto sobre o paradigma hegemônico da agricultura capitalista que tem o aspecto produtivo como essência e isto para o meio ambiente e para a agricultura camponesa é insustentável por vários motivos também já mencionados, podendo citar-se a falta de condições estruturais do agricultor familiar em competir no mercado e os danos devastadores ao meio ambiente.

A própria concepção de ATER apresentada, já indica seu caráter quase exclusivo à produção e à assistência técnica em detrimento da extensão rural, ou seja, reduz a dimensão educativa e amplia-se o caráter técnico e produtivo. No Art. 2º define-se:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. (BRASIL, 2010)

Além destas limitações conceituais do documento (PNATER, 2010) vários são os apontamentos críticos feitos à implementação desta Lei. Autores como VALENTE (2009) e CAPORAL (2011), chamam atenção para vários fatores que devem ser tratados para a efetivação desta “nova ATER”, como a compreensão e materialização da dimensão metodológica participativa e, imprescindivelmente, a formação dos agentes de ATER que dê conta de prepará-los para utilização desta metodologia, o que sugere ainda uma renovação em todos os aspectos, principalmente nas grades curriculares, dos cursos de formação dos extensionistas rurais, tanto em nível médio, técnico, como superior.

VALENTE (2009) fala da dificuldade dos extensionistas em desempenhar um trabalho que faça diferença, tanto pela própria falta de formação sobre esta visão de extensão rural mais ampliada, como porque, nas palavras desta autora, “não está ao alcance dos extensionistas mobilizar recursos e conhecimentos para tudo o que deve ser feito”. Neste mesmo texto, mais a frente, ela fala da incoerência de que a metodologia participativa se restrinja ao uso de técnicas e dinâmicas de participação coletiva, sem que haja de fato um domínio por parte do grupo de todo o processo e de tomada decisões.

Ainda segundo VALENTE (2009), é contraditório empreender momentos coletivos de decisão, se a decisão já é previamente tomada, como acontece corriqueiramente. Não é oportunizado aos agricultores a escolha das alternativas, mas, no máximo levadas as alternativas pré-estabelecidas como possíveis. Isto caracteriza mais uma vez a técnica de extensão rural que se deseja superar, pois tem base na “educação bancária”, a qual já se concebe que não cabe mais, especialmente, para a educação não formal de base popular, como deve ser formatada a assistência técnica e extensão rural. Além disso, a dimensão da metodologia participativa é condição essencial para uma extensão rural com vistas à transição agroecológica.

Além disso, do ponto de vista didático, reduzir a agroecologia a um conjunto de técnicas para aperfeiçoamento da produção de base ecológica é extremamente limitado. Sendo a transição agroecológica um processo que prescinde de uma renovação estrutural das relações sociais, econômicas, políticas e produtivas no campo, levá-la ao agricultor como um guia de renovação das práticas de produção e manejo não vai garantir sequer a sustentabilidade econômica se não forem alteradas as barreiras burocráticas e os limites da comercialização, por exemplo. Assim, não vai bastar também que se dissemine que esta agroecologia é “boa” e rentável, quando à maioria dos agricultores familiares não são garantidas políticas públicas de fomento e estruturação produtiva, por exemplo, conforme defesa de CAPORAL (2009).

Com todas estas limitações, a PNATER 2010 institui que o processo de contratação e repasse de recursos para as ações de ATER, passem a ocorrer por meio

de concorrência pública através de editais de Chamadas Públicas elaborados pelo MDA/SAF/DATER, para as quais são submetidas propostas elaboradas por Entidades Executoras. Já nos mês de julho de 2010 surgem as primeiras chamadas, sendo priorizados os Territórios da Cidadania.

Estas Chamadas por sua vez, também são elaboradas com sérios equívocos conceituais, como aponta o estudo realizado por ALMEIDA, DINIZ e LIMA et al., (2011). No que trata, por exemplo, das chamadas para o semiárido destaca-se o uso de termos como “convivência com adversidades climáticas”, “convivência com a seca”, demonstrando uma perspectiva de desenvolvimento homogeneizadora, além de desconsiderar o conjunto que o semiárido representa, para além de uma característica climática, para além do fenômeno da seca. Muitos são os problemas que seguem, mas chama a atenção novamente como a agroecologia e a transição agroecológica, que foi tão debatida para que fosse incluída como princípio central na PNATER em 2003, aparece nesta nova versão apenas pontualmente, em chamadas específicas, quando deveria vir como princípio base de todas as ações de ATER e portanto em todas as chamadas. E, ainda segundo o estudo de ALMEIDA, DINIZ e LIMA et al., (2011), das 148 Chamadas lançadas, apenas 28 apresentam a transição agroecológica nas linhas de ação.

A CHAMADA PÚBLICA 01/2011 E O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA NO TERRITÓRIO DE IRECÊ

As Chamadas Públicas tinham como elementos principais: a definição das entidades aptas à execução das ações, descrição do público beneficiário, descrição das atividades, prazo de execução, qualificação e composição da equipe, metodologia e valor da chamada que é calculado a partir do número de famílias beneficiárias. A maioria das chamadas divide as regiões de execução por lotes. A Chamada 01/2011, que integrava as ações do então lançado Plano Brasil Sem Miséria⁴, tinha como diferencial a oferta de um fomento no valor de R\$ 2.400,00 por família, dividido em 03 (três) parcelas, para que fosse desenvolvido um projeto de estruturação produtiva na unidade de produção familiar, como apresenta a Chamada Pública SAF/MDA nº 01/2011.

Nesta chamada, o Território de Irecê foi dividido em quatro lotes, dos quais um teve como entidade executora vencedora a COOTEBA – Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia e a vencedora nos outros três lotes foi a Empresa Baiana de

4

Os critérios para obtenção desta declaração seguem o estabelecido pela Lei nº 11.326, de 24/07/2006 que traz no Art. 3º, que: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. BRASIL (2006)

Desenvolvimento Agrícola S/A, uma empresa que atua no Território há mais de 30 anos, desde que se denominava EMATER – BA. A participação de empresas ou instituições públicas de ATER foi fortemente criticada, principalmente pelos movimentos sociais do campo e pelo Fórum da Agricultura Familiar da Bahia, porque se defendia que para estas empresas que já tinham como linha de ação obrigatória o desenvolvimento da ATER e, portanto, já recebiam recursos para tal, não poderiam ser destinadas chamadas especiais para o mesmo fim, segundo publicação disponível na página do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011).

A Chamada tem como objetivo a execução de serviços de ATER para famílias de agricultores e agricultoras em situação de pobreza extrema no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, por meio de atividades individuais e grupais, compreendendo o planejamento, execução e avaliação, visando a inclusão produtiva e social das famílias. E o Plano Brasil sem Miséria em si, possui como missão que sejam estabelecidas condições de sustentabilidade às famílias para que saiam da situação de extrema pobreza a partir do fomento e do acompanhamento técnico do PBSM e possam produzir e gerar renda, conforme é descrito na Chamada nº 01/2011.

O fomento poderia ser aplicado em atividades agropecuárias ou não agropecuárias e não existe em nenhum dos documentos analisados a menção de que fossem considerados os aspectos socioambientais na perspectiva de respeito e preservação do meio ambiente. A concepção de sustentabilidade presente restringe-se à sustentabilidade econômica e aponta apenas para que o projeto produtivo desenvolvido considere a aptidão familiar e as condições locais. Embora na perspectiva ampliada e mais completa de meio ambiente, estas considerações digam respeito aos aspectos socioambientais, o objetivo de que se considere as condições locais, por exemplo, é claramente direcionado a possibilidade de rentabilidade do projeto, ainda de acordo como texto da Chamada nº 01/2011.

Em todo o Território de Irecê, foram atendidas 4.480 famílias e no município São Gabriel escolhido para amostragem nesta pesquisa, o número de famílias foi de 320 segundo a descrição dos lotes beneficiados na Chamada nº 01/2011 e ainda de acordo com os dados fornecidos pelos técnicos entrevistados a partir de seus relatórios parciais de acompanhamento. O perfil das famílias beneficiadas deveria atender a dois critérios básicos: possuir DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF⁴ e que a renda média mensal por membro da família não ultrapasse o valor de R\$ 70,00. A escolha destas famílias foi feita a partir de uma lista enviada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, onde estes dois critérios já eram cruzados, cabendo ao técnico ou agente de desenvolvimento de ATER, a partir de diagnóstico prévio, selecionar as famílias que seriam atendidas, conforme relato dos técnicos entrevistados.

Ainda de acordo com o relato dos agentes que atuaram no município estudado, esta escolha se deu em reunião com o CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, o qual muito contribuiu para este diagnóstico prévio, mas destacaram que o Conselho chamou a atenção desde o início para o fato de, devido a esta exigência por DAP, o Programa não atenderia de fato às famílias em condição de extrema pobreza.

Esta observação feita pelo CMDRS foi confirmada em entrevista com os técnicos. Foi exposto que, predominantemente, as famílias que possuíam a DAP, detinham-na por terem acessado ao crédito rural ou a outro projeto que exigia este

documento e normalmente já possuíam um mínimo de organização produtiva, mas ressaltavam que o fomento foi fundamental para a estruturação produtiva de todas as famílias participantes do PBSM e que o número de famílias em condição de miséria era considerável, especialmente pelo fato do período de execução desta chamada coincidir com um período de estiagem prolongada.

Sobre o perfil destas famílias e a relação da pobreza com o meio ambiente ou com a degradação ambiental, trazendo novamente MARTINEZ ALIER (1992) quando afirma que “negar que a pobreza é causa de degradação ambiental é ridículo” mas o processo inverso é predominante, ou seja, a degradação ambiental também gera pobreza ou no mínimo, são consequências paralelas da exploração do capital sobre a natureza.

No Território de Irecê e, especialmente, a partir das famílias do PBSM, percebe-se a relação de que tanto a degradação ambiental presente quanto a condição de miséria que se estabeleceu aos trabalhadores do campo, se dão de forma mais incisiva, não coincidentemente, no mesmo período que foi já mencionado no início deste texto, pós ofensiva da revolução verde e das demais ofensivas capitalistas neste universo, a saber, “boom” do feijão, investida na irrigação e já se aponta para a “euforia do biodiesel”. Estes processos geraram tanto a devastação, redução e extinção de recursos, quanto acentuaram a desigualdade social e a pobreza, já que para os agricultores familiares gerou o endividamento, a necessidade de venderem suas terras, a impossibilidade de competição no mercado que favorece ao agronegócio, dentre outros fatores, de acordo com o estudo de BARBOSA (2000)

Estas constatações e as falas extraídas nas entrevistas com os 35 beneficiários confirmam o que traz MARTINEZ ALIER (1992), quando relaciona ainda à restrição e limitação de recursos que os pobres têm com certa consciência ambiental que desenvolvem, no que ele denomina “ecologia da sobrevivência”.

Quando perguntados sobre o que fazem cotidianamente para preservarem o meio ambiente, os agricultores e agricultoras que trabalhavam ainda com os princípios e práticas da agricultura camponesa, mencionavam ações e atitudes tanto com base em seus conhecimentos tradicionais, de acordo com o que aprenderam com seus antepassados, como citavam os recursos que economizavam por medo de acabar, como a água, lenha e a vegetação para alimentação animal, que sempre tiveram consciência de que, como tinham em pouca quantidade e por um período curto do ano, como é o caso da água, desenvolviam técnicas para preservarem e conservarem por mais tempo, devido à necessidade e temor à escassez.

Já para as famílias mais influenciadas pelas técnicas e práticas da agricultura capitalista e pelo modelo produtivo disseminado pela extensão rural convencional, que direta ou indiretamente chegou-lhes, a noção de preservação e de meio-ambiente é a menos consistente, ligada ao “não uso”. Em suas respostas aparecem expressões como “não queimar”, “não desmatar”, “não poluir”, que estão ligadas à educação ambiental de base ecotecnocrática e capitalista, que prevê o afastamento do homem/mulher da natureza, mas não questiona, por exemplo, o uso de insumos e equipamentos completamente inadequados ao bioma local e ao meio ambiente em geral.

Uma das técnicas que atua no programa relata a descrença dos agricultores e agricultoras em algumas práticas de manejo e conservação dos solos que questiona a

capina tradicional e prática convencional de deixar o solo “limpo” e descoberto. Dado o alto grau de impregnação dos “ensinamentos” da agricultura convencional e do modelo de assistência técnica e extensão rural que se disseminou, aos agricultores e agricultoras resultou na desconfiança e resistência em relação às novas práticas de produção e manejo e, também, em relação ao próprio trabalho do técnico extensionista.

Esta resistência e a descrença no trabalho dos extensionistas e também na própria ATER mesmo em sua “nova versão”, são desafios postos nas ações de ATER e foram desafios no PBSM, dentre os vários outros. Aqui são exploradas especialmente, as dificuldades encontradas pelos técnicos em incentivarem ou promoverem a transição agroecológica ou ao menos oportunizarem conhecimentos acerca da agroecologia, já que se compreende que este é o melhor referencial para a agricultura familiar.

A primeira limitação constatada está na própria formação ou falta desta, para a maioria dos técnicos sobre agroecologia. Além da maioria destes profissionais não terem passado por nenhum processo de capacitação ou formação sobre este tema em suas graduações ou formações iniciais, a formação oferecida para início dos trabalhos no Plano Brasil Sem Miséria oportunizou apenas duas horas de formação sobre agroecologia que se limitou a uma exposição sobre a produção de orgânicos, o que é extremamente compreensível dada à limitação de tempo deste curso e o direcionamento produtivo a que é dado ao Programa.

Contudo, um aspecto positivo a ser destacado é que a Chamada Pública 01/2011 previa um percentual mínimo de contratação de profissionais que tivessem se formado em escolas agrotécnicas e Centro de Formação Familiar por Alternância e ainda priorizava a contratação de técnicos que tivessem se formado em instituições localizadas no Território. Este foi um elemento favorecedor porque cruzando este dois critérios, possibilitou também a contratação de técnicos formados na antiga ESAGRI - Escola Agrícola de Irecê, onde atualmente funciona o CETEP – Centro Territorial de Educação Profissional, que muito contribuiu para a formação de profissionais a partir de uma visão alternativa de produção na agricultura. Comprova-se isto a partir da fundação e atuação das ONGs locais que possuem trabalhos exitosos nas áreas de meio-ambiente, agroecologia, permacultura etc, e que têm ou tiveram forte atuação de profissionais formados nesta instituição.

Entretanto, no município estudado não havia nenhum técnico com formação específica nesta área ou com formação na área das ciências agrárias. Este é um fato relatado como uma de das maiores dificuldades para desempenho do trabalho tanto das orientações técnicas básicas exigidas pelo Programa - planejamento e estruturação produtiva - como na execução de atividades ou processos formativos direcionados à agroecologia.

Cabe então uma problematização acerca da multidisciplinaridade na formação dos técnicos que é uma condição essencial na implementação da extensão rural, desde que esta seja de fato um processo educativo não formal que prevê um acompanhamento e orientação da família em seu aspecto social, ambiental, econômico, comunitário, ou seja, integral. Sendo assim, é imprescindível que os agentes de ATER tenham as formações mais variadas e que não se restrinja aos profissionais das ciências agrárias. Todavia, no caso desta chamada que possui atividades quase que exclusivamente, ou prioritariamente, produtivas, a falta do domínio de conhecimento técnico produtivo, mais ligado à área das ciências agrárias, foi um fator limitante ao

trabalho dos técnicos que não eram desta área que relataram, por exemplo, a dificuldade desde a compreensão de elementos exigidos no diagnóstico referente à descrição da unidade de produção, até a orientação e preenchimento do projeto de estruturação produtiva familiar.

O tempo de execução do Programa e de suas atividades também é questionável, já que previa-se a realização de atividades como: diagnóstico da unidade de produção familiar, visita para estruturação do projeto produtivo, visitas técnicas, reuniões em grupos de 20 beneficiários, cursos, digitação e sistematização das atividades, entre outras. A quantidade de ações em um espaço de tempo relativamente curto, considerando limitações como transporte e grande distância entre as famílias, gerou um “aligeiramento” destas atividades que prejudicou diretamente seu êxito e consequentemente na impossibilidade de desempenhar atividades “extras” e complementares ou atividades que exigissem um tempo de maturação e implementação maior, como é o caso de atividades de orientação ou formação sobre produção alternativa com preservação ambiental, e quisera sobre agroecologia ou transição agroecológica.

Uma das atividades em que se estimava que poderia ser realizada ao menos uma discussão sobre meio ambiente e agroecologia, seriam os cursos realizados. Entretanto a condição para escolha dos temas a serem trabalhados nestes cursos era a observação das demandas dos diagnósticos e, naquele município, em quatro dos 18 cursos realizados tratou-se especificamente de meio ambiente a partir da técnica dos quintais produtivos que têm como orientação teórica a agroecologia. Estes cursos tiveram duração de oito horas, o curso foi conduzido por um técnico convidado que atuava em outro município e, de acordo com o relatório observado, houve uma frequência média de 60%.

Embora não seja possível uma avaliação criteriosa acerca dos impactos destes cursos na prática ou na assimilação por parte dos participantes, indagou-se nas entrevistas, tanto dos beneficiários quanto de técnicos, sobre o conceito de agroecologia, sobre a contribuição do PBSM para o conhecimento sobre preservação ambiental e para uma mudança de postura em relação ao meio ambiente.

Entre os beneficiários que participaram dos cursos sobre agroecologia e quintais produtivos, foi perguntado se já haviam ouvido falar sobre agroecologia e o que entendiam sobre este tema. Como as respostas eram abertas, foram sistematizadas em três grupos, sendo tabulados os resultados da seguinte maneira: dos 35 entrevistados, 23% disseram nunca ter ouvido falar em agroecologia; 34,2% tentaram fazer uma definição a partir da palavra (etimologia) unindo o “agro” com “ecologia”; e 42,8% conceituaram citando técnicas ou formas de manejo produtivo alternativo (não queimar, aproveitar os restos da produção, não usar agrotóxico etc). Já os dois técnicos entrevistados, um definiu agroecologia como “técnica de agricultura sem uso de agrotóxicos” e um definiu como a “prática e manejo de trabalho no campo com respeito à natureza”.

Foi perguntado a todos os beneficiários entrevistados se nas atividades do Plano Brasil Sem Miséria foi tratado sobre meio ambiente e o que aprenderam. As respostas também foram divididas em três grupos, apresentando o seguinte resultado: 20% dos entrevistados disseram não lembrar se houve alguma orientação sobre meio ambiente; 51,4% afirmaram que não foi tratado sobre este tema; e 28,6% disseram que foi falado

e ao relatarem sobre o que aprenderam, a maioria das respostas apresentaram o aspecto mais genérico e descontextualizado da preservação ambiental, citando como aprendizado “lições” como: não jogar lixo, economizar água, não queimar, não derrubar árvores, ou seja, respostas predominantemente de negação.

Quando se questionou, aos técnicos, sobre a contribuição do Plano Brasil Sem Miséria para uma mudança de postura em relação ao meio ambiente por parte dos beneficiários, as respostas foram as seguintes: resposta 1 – “Não se percebeu nenhuma mudança de postura. Aqueles que já tinham certa consciência ambiental, continuaram e os que não tinham, continuaram com as mesmas práticas”; resposta 2 – “Para alguns (beneficiários) sim, para outros mais ou menos, para outros nada.”

A partir questões acima, a primeira que indaga sobre agroecologia e a segunda sobre meio ambiente, ao confrontar com os elementos teóricos apresentados, chega-se aos seguintes resultados:

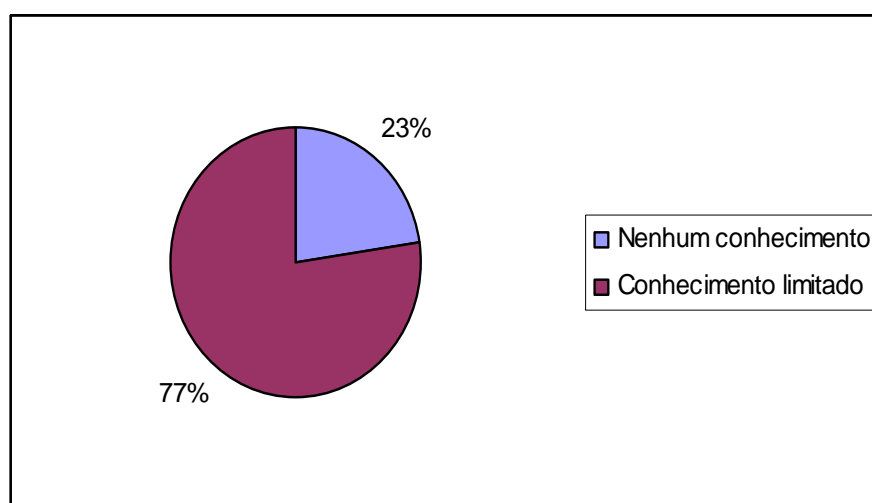


GRÁFICO 1 – O conhecimento dos agricultores e agricultoras sobre agroecologia, após participarem do Plano Brasil Sem Miséria

Considerando que, dentre os entrevistados que disseram “ter ouvido falar em agroecologia” todos a definiram a partir de práticas, técnicas de manejo ou aspectos ligados à produção, classifica-se que estes ainda possuem conhecimento limitado. Estas definições apontam para uma ação e concepção extensionista também limitada, diferenciando-se consideravelmente do que pretende uma extensão de cunho agroecológica. Uma vez que, na perspectiva de agroecologia mais abrangente, que prevê uma mudança de postura em relação à natureza, considera aspectos para além dos conhecimentos técnicos e produtivos e leva em conta os vários aspectos da vida – econômicos, sociais, políticos etc - principalmente no campo. E, nas definições acerca da agroecologia foram unânimes as respostas ligadas às técnicas de produção e manejo. Assim, conclui-se que 77% dos beneficiários possuem conhecimento limitado acerca da agroecologia e os demais afirmaram não saber nada sobre.

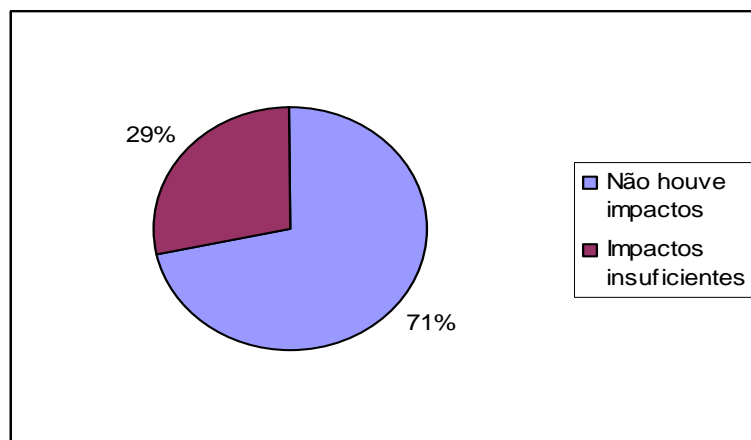


GRÁFICO 2 – Impactos das ações do Plano Brasil Sem Miséria para a formação ambiental dos agricultores e agricultoras beneficiários

A partir da concepção de meio ambiente de base ecossocial, que prioriza e considera o uso popular dos recursos naturais e não o seu afastamento, verificou-se nas entrevistas que a concepção das ações desenvolvidas pelo programa tem aspectos limitados, uma vez que nas respostas aparecem apenas expressões resultantes de ações de educação ambiental de base teórica ecotecnocrática, já que se reduzem aos aspectos produtivos ou ao “não uso” dos recursos naturais. Daí a conclusão de que para 71% dos beneficiários as ações de educação ambiental tiveram eficácia limitada e para os outros 29% não houve já que não se lembram ou afirmam que não tiveram nenhuma orientação ou formação ligada ao meio ambiente.

Quanto às demais atividades do programa, como planejamento, visitas técnicas e reuniões, observando os objetivos da chamada para cada atividade e as respostas dadas pelos beneficiários, verifica-se um grau de alcance satisfatório destas atividades, já que em todas as respostas foram destacadas como atividades relevantes e positivas do PBSM as orientações acerca da aplicação do fomento, esclarecimento de dúvidas e orientações técnicas do projeto produtivo. Então para o que pretendia cada atividade, os objetivos foram alcançados.

Nas atividades de caráter coletivo da Chamada 01/2011 no Território de Irecê, que são inseridas nas ações de ATER também com o intuito do exercício da metodologia participativa, classifica-se como atividades de cunho apenas coletivo, mas não participativo nas concepções de VALENTE (2009) e CAPORAL (2011) que incluem a metodologia participativa como elemento essencial à extensão rural de base agroecológica, entretanto nas ações desta chamada, assim como na maioria das ações de ATER segundo estes autores, as atividades coletivas tiveram como objetivo o repasse de informações e esclarecimentos de dúvidas e em nenhum dos relatos se observou a descrição de momentos de tomada de decisões a partir de metodologia participativa, ou outra atividade de natureza participativa.

CONCLUSÕES

Comprovou-se que, assim como na PNATER 2010, a Chamada 01/2011 é resultado da predominância da orientação teórica e metodológica de

concepção ecotecnocrática, já que possui um foco predominantemente produtivista, ainda com fortes resquícios da extensão rural de base convencional. Assim como não consegue romper com a compreensão da agroecologia apenas no aspecto produtivo. Notando-se apenas, pontualmente, alguns elementos, através de ações isoladas de caráter alternativo, desenvolvidas por alguns técnicos com uma base de formação ou de atuação diferenciada da convencional e que conseguiram levar informações acerca da agroecologia ou de práticas agroecológicas.

Verificou-se também como fatores limitantes, além dos equívocos teóricos e concepcionais, questões logísticas e estruturais que impediram diretamente o processo exitoso de algumas atividades. Fatores como transporte e condições de trabalho dos técnicos, emperres burocráticos e o curto tempo para uma assistência continuada são fortes impedidores para uma ação extensionista qualificada. Esta insuficiência de tempo também é um limitante para uma ação com vistas à transição agroecológica e a uma mudança de postura na relação do trabalhador ou trabalhadora do campo com a natureza.

Outro impedidor para uma ação extensionista de base agroecológica é a falta de formação inicial e continuada de seus técnicos para o exercício desta ação, considerando desde a necessidade de capacitação para o emprego de técnicas e metodologias participativas, até a formação em agroecologia em seu aspecto mais amplo.

Diante de todos estes elementos limitadores, as ações do Plano Brasil Sem Miséria, a partir da Chamada 01/2011, ainda não apresentaram impactos significativos para a mudança nas relações e produtivas com vistas à preservação ambiental e a transição agroecológica no Território de Irecê – BA.

Entretanto comprovou-se que a agricultura familiar é o modelo que mais se aproxima da perspectiva agroecológica e ainda se identificam elementos da resistência deste modo de vida e de produção no campo, frente ao crescimento da agricultura capitalista. Assim, confirmou-se a partir dos beneficiários do Plano Brasil Sem Miséria no Território de Irecê, que entre os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar ainda resistem aqueles que possuem saberes próprios e tradicionais de preservação e convivência com a natureza.

AGRADECIMENTOS

À Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A pelo fornecimento de informações; Aos beneficiários do Plano Brasil Sem Miséria e os técnicos que prontamente responderam às entrevistas.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. **Modernização da Agricultura**. In: CALDART, Roseli et al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ALMEIDA, A.; DINIZ, P.C. O; LIMA, J.R.T.; **Chamadas Públicas de ATER: primeiras**

reflexões. Recife, 2013. Disponível em: xa.yimg.com/kq/groups/.../PauloDiniz-Artigo_Chamadas_ATER_v5.pdf. Acessado em 22 de outubro de 2013.

ALMEIDA, A.; DINIZ, P.C.O; LIMA, J.R.T. de; *In* CAPORAL, F.R.; **Lei de ATER: Exclusão da agroecologia e outras armadilhas.** Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Fortaleza, CE. 2011.

ANDRADE, G.S.; CHAGAS, R.C.S.. Assistência Técnica e Extensão Rural na Escola Família Agrícola do Sertão: entre as necessidades dos camponeses e a política de ATER do MDA. **Entrelaçando – Revista Eletrônica de Culturas e Educação.** N.6 Vol. 1, p. 61 – 74. Ano III, 2012.

BARBOSA, D.V.N. **O impactos da seca de 1993 no semi-árido baiano: o caso de Irecê.** Salvador: SEI, 2000.

BRASIL. PNATER. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília, 2011.

_____ **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.** Brasília, 2006.

_____ **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Brasília, 2010.

_____ **Chamada Pública SAF/ATER nº 01/2011.** Brasília, 2011.

_____ PDTRS. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável de Irecê.** Brasília, 2010.

_____ **Conceito de Território da Cidadania.** Disponível em < www.mda.gov.br/portal> Acesso em 20 novembro de 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,** Porto Alegre, v.1, n.1, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F.R. (org). **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Brasília, 2009. Disponível em: http://www.cpatosa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2444.pdf

CAPORAL, F.R.; **Lei de ATER: Exclusão da agroecologia e outras armadilhas.** Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Fortaleza, CE. 2011.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Propostas de Preços Mínimos 2013/2013.** Brasília, 2013. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_11_22_15_42_37_pm_inverno_13_14.pdf, acessado em 4 de março de 2014.

LOBÃO, J.S.B.; NEPOMUCENO, M.Q. Agropecuária: impactos ambientais no município de Irecê – BA. **Anais** do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre – RS, 2010.

MARTINEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**. In: Revista WANI. nº 125, abril de 1992. Manágua, Nicarágua. Traduzido por Francisco Mendonça – UFPR.

SANTOS, C.F.; VALOIS, J.; BARBOSA, G.B.G.; O semi-árido baiano e o agronegócio dos biocombustíveis: problematizando a região de Irecê – BA (primeiras aproximações). **Revista Pegada Eletrônica** (online) v. 9; p. 213-320. 2008.

SANTOS, C. F.; Desenvolvimento Sustentável ou do Capital “Tingido de Clorofila”. Publicado nos **Anais** do IV Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. São José do Rio Preto – SP, 2009.

VALENTE, A.L. E. F. **A Extensão Rural e o Mundo do Faz de Conta**. In: ALVES, Gilberto Luz. (org.) Educação No Campo. Recortes no Tempo e no Espaço. Campinas: Autores Associados/Uniderp. 2009.

VALENTE, A.L.E. F. **Renovação Analítica do “novo rural” e o ecletismo metodológico**. Cadernos do CEAM. Brasília: UnB. 2006.

VIEIRA, L.P. Análise Ambiental da Ricinocultura na Microrregião Geográfica de Irecê – Bahia. Publicado nos **Anais** do 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Peru, 2013.